

## AS POLÍTICAS TERRITORIAIS E O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS

**Idelmar da Silva Ribeiro**<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Discente do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado  
(TECCER) Campus Anápolis de CSEH/UEG.

**Resumo:** As políticas de desenvolvimento implantadas no Brasil, a partir dos anos 50, tem como objetivo principal promover ocupação e integração do território nacional, principalmente das regiões norte, nordeste e centro-oeste. Sendo assim o Estado tem um papel protagonista como agente organizador das atividades produtivas, incentivando e promovendo o desenvolvimento econômico em todo o território nacional, especificamente em relação a região centro-oeste tais políticas objetivavam consolidar a ocupação do território, promovendo a ocupação do oeste do País, de forma a resguardar principalmente suas fronteiras terrestres, e abrir caminho para ocupação amazônica.

Tais políticas impactaram diretamente o estado de Goiás, considerado a “porta de entrada” para o oeste do País, o Estado experimentou grande crescimento na segunda metade do século XX.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Regional, Políticas de Desenvolvimento, Estado de Goiás.

### Introdução

Nas décadas de 50, 60 e 70, o desenvolvimento regional foi um tema importante, sempre presente nas discussões sobre políticas públicas. Do final dos anos 50 até o fim da década de 70, foram criadas superintendências de desenvolvimento regional, as estatais fizeram investimentos nas regiões periféricas e incentivos foram oferecidos para atrair empresas para as regiões menos desenvolvidas.

Houve, desde meados do século passado até a década de 1970, forte ação do Estado por meio de investimentos públicos, incluindo o das empresas estatais, e de incentivos a investimentos privados para estimular a economia de regiões menos desenvolvidas. Mais especificamente em relação a região centro-oeste, pode se observar que até a década de 70 a economia era predominantemente baseada na pecuária extensiva, com pouquíssima ou nenhuma utilização de capital fixo na produção. Sendo que essa realidade somente começou a vislumbrar novos horizontes a partir de iniciativas governamentais de planejamento e ocupação do território, que priorizaram a agricultura, setor este, que possuía grande potencial de desenvolvimento na região centro oeste, sendo que neste contexto destacam-se a criação da

fundação Brasil central, durante o período denominado Estado novo, e o II Plano Nacional de Desenvolvimento -II PND, que priorizou o capitalismo no campo, através do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO, que tinha como objetivo explícito ocupar os cerrados brasileiros de maneira “racional” (Lima et al, 2014).

Sem dúvida, as políticas de desenvolvimento regional adotadas no Brasil até meados da década de 1980 levaram à transformação econômica das macrorregiões menos desenvolvidas. No entanto, não conseguiram alterar substancialmente a configuração regional da economia brasileira. Na década de 1990, a discussão econômica se concentrou na estabilização da economia e na reforma do Estado após a crise econômica da década de 80. Apesar deste cenário, a política de desenvolvimento regional não foi totalmente esquecida, a constituição de 1988 contemplou dispositivos que elegeram o desenvolvimento regional através da criação dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (regulamentados na lei nº 7.827, de 1989) que concedem créditos às empresas localizadas nessas regiões com taxas de juros mais baixas como forma de estímulo ao investimento produtivo. Goiás, neste contexto foi fortemente beneficiado com tais estímulos, muito devido a sua localização privilegiada com porta de entrada para o norte do País. Neste sentido, vamos apresentar as principais políticas territoriais implementadas e os seus desdobramentos para o estado de Goiás.

### **Políticas de Desenvolvimento nos anos 50 a 80**

Para Goldensteim & Seabra (1982) *apud* Saquet (2007, p.90), o conceito de território é compreendido “como área ou áreas que se relacionam e se combinam, econômica e politicamente e, como Estado-Nação, fazendo uma instigante articulação entre os conceitos de região, regionalização e território, que merece ser revisitada”. E continua ao citar que Milton Santos aborda o conceito de territórios como “subjacente, composto por variáveis, tais como a produção, as firmas, as instituições, os fluxos, os fixos, relações de trabalho etc. Interdependentes uma das outras” (Saquet, 2007, p. 91). Neste sentido, Santos nos apresenta um conceito de território bem mais amplo, onde vários fatores contribuem na formação do espaço, porém sempre destacando o papel principal exercido pelo Estado.

Sendo assim, conforme Moraes (2002, p. 64), “Falar de territórios contemporâneos é falar dos espaços de exercício do poder estatal principalmente”. E em um Brasil, com grande diversidade étnica, o mote ideológico da *construção do país* se deu muito mais em relação ao

espaço terrestre, do que propriamente a sua concepção como um povo, fato que legitimaria a ação do Estado, como construtor de um projeto nacional. (Moraes, 2002). Ainda segundo Moraes (2002, p. 121) a Modernização como “conceito, central do pensamento brasileiro do século XX, reveste-se também por densa espacialidade”, sendo que no caso do Brasil esta modernização passa necessariamente pela valorização do espaço.

O período do Estado Novo (era Vargas), é emblemático ao criar vários projetos e programas voltados especificamente a execução das políticas de ocupação do território, como a famosa Marcha para o Oeste, que “induzia a ideia de uma segunda conquista” (Moraes, 2002, p.122), sendo que a ocupação do centro-oeste, além da criação de uma nova fronteira agrícola, visava também a ser uma etapa preliminar à ocupação da Amazônia. Um dos marcos da marcha para o Oeste foi a criação das Colônias agrícolas que conforme Dayrell *Apud* Castilho (2012, p. 119) “foram criadas para receber e fixar cidadãos brasileiros pobres, aptos a agricultura, dentre aquele amplo programa de superação das carências do modelo Brasileiro de desenvolvimento”.

Outra ação, que merece destaque foi a criação da Fundação Brasil Central – FBC, em 1943, que conforme Maciel (Maciel, 2012, p. 33) tinha por objetivo “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia e Xingu e no Brasil Central e Ocidental”, para tanto a Fundação fundou cidades, a exemplo Aragarças –GO, e várias empresas subsidiárias que tinham por função promover o desenvolvimento do Centro-Norte do País.

Já na década de 50 no governo JK, com o plano de metas, fica ainda mais evidente a política de “construção de um país” baseado no território, principalmente com a concretização do projeto de interiorização da capital e dos grandes investimentos viários (Moraes, 2002). O Plano de Metas, dava ênfase aos problemas setoriais e, a partir dele, houve grande expansão da economia nacional e abertura ao capital estrangeiro objetivando a instalação de indústrias no país. Os principais setores a se instalar no país neste período foram os de bens de consumo duráveis, como o automobilístico por exemplo, e concentraram-se principalmente no estado de São Paulo (Júnior, 2005).

Com o Golpe militar de 64, a visão geopolítica de consolidação do País reforça esta identificação do Brasil com o seu território principalmente através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND’s.

### **Os Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND**

Conforme Ablas & Fava (1985) o primeiro plano denominado “Metas e Bases para a ação do Governo” (1970-1973), pretendia a superação das limitações do mercado interno, dotando o País de infraestrutura básica que permitisse o desenvolvimento da indústria nacional e conseqüentemente menor dependência externa, principalmente com relação aos bens de capita, tal plano serviu como base para que as políticas territoriais na década de 70, começassem a ter destaque a partir do I PND (1972-1975), que viria a priorizar o desenvolvimento regional como estratégia para integração nacional (Vainer & Araújo, 1992) e tinha por objetivo “a implementação de uma nova etapa de substituição de importação, voltada para os bens de capital e insumos básicos, e a promoção de exportações”. (Ablas & Fava, 1985, p.53).

Na década de 70, o País passa por um grande crescimento de sua infraestrutura viária, com destaque para a “pavimentação dos eixos que unem Brasília a São Paulo, Belo Horizonte, Belém, e da entrada em cena de grandes pedaços de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás ao serviço de uma agricultura científicizada” (Santos & Silveira, 2001).

Ainda segundo Ablas & Fava (1985) no II PND (1974-1979), o crescimento do setor de bens de capital já se encontrava em desaceleração, devido à crise internacional, sendo que desta forma o foco deste plano continuou a ser a substituição das importações com o objetivo de gerar divisas para o País, através de dois principais eixos: a exportação de manufaturados, principalmente minérios; e de produtos agrícolas não tradicionais (principalmente na região Centro-Oeste).

Em relação a produção agrícola, “toda a ênfase na elaboração de concepções do futuro do mundo rural foi depositada na noção de empresa rural” (Garcia & Palmeira, 2001, p. 73), neste sentido podemos destacar o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) que tinha como principal objetivo a exploração agrícola desta nova fronteira, o cerrado. Segundo shiki (1997, p. 145) o POLOCENTRO, foi:

“O principal programa de ação regional do II PND [... que] aplicou recurso na ordem de US\$ 248 milhões entre 1975 a 1984, [...]. Esses recursos se destinaram à construção de armazéns, ao apoio a pesquisa e assistência técnica, ao sistema de transporte, à rede de energia, exploração do calcário e ao florestamento através do Fiset (Fundo de investimentos setoriais) ”.

E continua ao afirmar que o incentivo ao desenvolvimento da agricultura trouxe grandes transformações na economia regional. A mecanização e a utilização de adubos químicos para a correção do solo do cerrado (que antes era considerado impróprio para a agricultura), provocaram uma verdadeira transformação, tornando a agricultura cada vez mais produtiva e trazendo para a região toda uma cadeia agroindustrial. (Shiki, 1997)

Já no III PND (1980-1985), a ênfase será dada à produção nacional, através da manutenção do crescimento econômico, que passa pela redução das disparidades econômicas entre as regiões, tal objetivo seria alcançado por meio da manutenção dos investimentos públicos em grandes projetos e de atividades voltadas para a produção de bens primários.

Para Piquet (1993, p.9) o “II PND ao eleger a estratégia de “crescimento com financiamento”, como forma de corrigir os desbalanceamentos da matriz industrial brasileira e do relacionamento econômico com o exterior, foi sem dúvida uma proposta de alto risco”. Pois, assim como no III PND estes planos priorizavam setores empresariais divergentes dos setores dominantes até então no País e que passavam por uma crise internacional como é o caso do setor energético (setores de capital e tecnologia intensivas); além disso, ao priorizar a interiorização destes projetos, ia contra toda uma lógica de lucratividade que priorizaria regiões consolidadas. Todos estes fatores fizeram com que este modelo de desenvolvimento audacioso dependesse de um forte financiamento estatal para lograr êxito, o que gerou um grande endividamento público. Tal estratégia obteve sucesso, pois como afirma Piquet (1993, p. 19):

“A partir do ano de 1985, a produção nacional já atendia a cerca de 90% da demanda interna das indústrias mecânica, de material elétrico e de comunicações e a 94% do consumo de produtos químicos e de material de transporte, apresentando coeficientes de importação quase desprezíveis nos demais segmentos”.

Outro ponto que confirma o êxito desta estratégia foi a desconcentração industrial (principalmente na década de 70), com a criação de diversas ações para atração de investimentos fora do Sudeste, como exemplo os Polos petroquímicos, siderúrgicos e têxteis do Nordeste; a Zona Franca de Manaus e outros, que, buscavam aumentar a participação de outras regiões na produção nacional (Junior, 2005). Conforme evidenciado na tabela 1.

**Tabela 1**  
**Distribuição espacial do Valor da Transformação Industrial da Indústria de Transformação do Brasil,**  
**Estados e regiões selecionadas: 1970-89**

Estados e Regiões Selecionadas	(valores em porcentagem)			
	1970	1975	1980	1989
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0
Região Nordeste	5,7	6,6	8,1	8,4
Minas Gerais	6,5	6,3	7,7	8,4
Rio de Janeiro	15,5	13,5	10,6	10,7
São Paulo	58,2	55,9	54,4	50,4
Região Sul	12,0	14,8	15,8	16,7
Demais regiões	2,1	2,9	4,5	5,4

Fonte: Negri (1992, p. 186) *apud* Junior (2005, p. 12)

Com base no Gráfico pode-se observar que apesar da produção nacional em 1989 ainda permanecer fortemente concentrada na Região Sudeste e Principalmente em São Paulo, houve um crescimento significativo na participação das regiões Centro-Oeste, Norte e destacadamente Nordeste, em relação ao país, no que se refere a produção industrial.

## **Recentes Políticas de desenvolvimento**

As políticas de desenvolvimento regional adotadas no Brasil até meados da década de 1980 levaram à transformação econômica das macrorregiões menos desenvolvidas, com destaque para as regiões nordeste e centro-oeste. Porém sozinhas, não conseguiram alterar substancialmente a configuração regional da economia brasileira, que continua concentrada na região sudeste do País. Após a redemocratização do País, o tema do desenvolvimento regional volta à tona apenas na constituição de 1988.

De acordo com Moraes (2002) a constituição de 1988 “não concebe o país numa visão integrada e total do território, e, portanto, não estrutura sua administração em bases Geopolíticas” sendo que a condução estratégica do estado passa a ter como foco o plano econômico em detrimento do desenvolvimento territorial, que fica relegado a um segundo plano, o que vem gerando conflitos institucionais internos significativos como a guerra fiscal.

Ainda assim, a constituição de 1988 criou mecanismos importantes de estímulo ao desenvolvimento como os Fundos constitucionais de financiamento (no Norte, Nordeste e Centro-Oeste) que concedem créditos às empresas de suas regiões alvo com taxas de juros mais baixas, como forma de estímulo ao investimento produtivo. Porém, segundo Junior (2005, p. 8):

“No Brasil, a participação do Estado como fomentador para o desenvolvimento econômico sempre foi de grande atuação e importância, notadamente entre as décadas de 30 até 70. Entretanto, a partir de meados dos anos 80 e intensificado no início dos 90, esta função tem sido transferida à iniciativa privada. As premissas para esta nova direção são as políticas neoliberais, que são o corolário da globalização, implementadas a partir do referido período.”

E Junior (2005) prossegue ao colocar que as políticas econômicas dos anos 90 que pregavam a modernização e a menor intervenção do Estado das atividades produtivas, “colocaram o país em grave situação econômica e social, considerando qualquer índice de desenvolvimento” (Junior, 2005, p. 4), pois, o processo de abertura comercial e de privatizações (Programa Nacional de Desestatização, expos uma economia ainda frágil, e até então bastante subsidiada, a concorrência internacional, o que gerou uma grave crise na indústria nacional e o fechamento de milhares de empresas.

Neste período, os segundo os defensores do "neoliberalismo" o Estado não poderia ser o executor de obras que alavancariam o desenvolvimento econômico, e tais investimento caberiam ao setor privado. De forma que as ações implementadas pelo governo brasileiro neste período, foram fundamentalmente em infraestrutura (malha rodo-hidro-ferroviária,

ampliação e modernização dos portos, aeroportos etc.) de acordo com as necessidades do grande capital privado internacional e nacional, e ainda de forma deficitária (Junior, 2005).

E Júnior (2005) conclui que “dessa forma, a política interna de desenvolvimento pode ficar comprometida, pois os interesses privados nem sempre se coadunam com as necessidades das diferentes regiões e populações distribuídas pelo território nacional” (2005, p. 27).

### **A importância de Goiás no contexto do desenvolvimento Nacional**

A partir da década de 40, Goiás passa a ser considerado estratégico para o país principalmente por sua localização considerada fundamental para a estratégia de ocupação do Centro-norte do País. Neste sentido, como uma das primeiras iniciativas, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) criada na década de 1940 somada a criação de Goiânia e da Fundação Brasil Central, influenciaram fortemente a ocupação e desenvolvimento do território. (Castilho, 2012). A construção de Brasília e da Rodovia Belém - Brasília são outros marcos importantes para o desenvolvimento do Estado.

Durante as décadas de 70 e 80, Goiás atravessa um grande desenvolvimento da agricultura e da pecuária, resultante principalmente das ações de expansão da fronteira agrícola e da migração de produtores rurais originários do Sul do País. Desenvolvimento este que deve muito ao POLOCENTRO, o qual priorizava o desenvolvimento do campo, pois conforme nos ensina Shiki (1997, p.143)

“O ciclo modernizador do agro brasileiro atingiu os cerrados mais intensamente a partir dos anos 70, recebendo contingentes importantes de migrantes expulsos do Sul e do Sudeste, constituindo uma vasta frente de ocupação denominada por Cunha e Mueller (1988) de frentes de subsistência. No entanto, já na década de 40, Getúlio Vargas praticava uma política ativa de ocupação através das colônias agrícolas nos estados de Goiás e Mato Grosso e a extensão da estrada de ferro que chegava a Anápolis, em Goiás. Na década de 60, as terras dos cerrados eram abastecedoras de alimentos básicos, como arroz e feijão. O arroz goiano tornou-se uma marca de consumo e a sua importância em algumas regiões fez com que surgissem cidades com o nome de Orizona, por exemplo. [...] A agricultura intensiva de fato tomou impulso na década de 80, com a viabilização tecnológica do cultivo da soja, num sistema de mecanização tratorizada que as extensas áreas dos chapadões dos cerrados permitia.”

Em relação ao comércio, nota-se um crescimento, consolidando o estado e principalmente Goiânia, como grande fornecedor de insumos e mercadorias para os demais estados da região centro-oeste e para o norte do País.

A partir deste momento Goiás começa a ganhar destaque no cenário nacional com a exploração de minérios e o desenvolvimento da agricultura e pecuária. Ablas & Fava (1985) explicam que paralelamente a estes eixos o II PND buscava promover a integração nacional

(principalmente através da expansão da fronteira agrícola) e a redução dos desequilíbrios regionais (através da intensificação do comércio entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste), apoiando a criação de infraestrutura para a instalação de indústrias na região, especialmente em Goiás, a exemplo da instalação em 1976 do DAIA – Distrito Agroindustrial de Anápolis, o primeiro distrito industrial de Goiás que contou com o apoio do governo federal por meio do II PND.

Mais recentemente, a partir de 1984 com a criação do Fundo de Fomento a Industrialização do Estado de Goiás (Fomentar), um fundo de participação e fomento à industrialização de Goiás, que posteriormente foi substituído pelo Produzir, programas estes que têm por objetivo incentivar a implantação, expansão ou revitalização de indústrias, conseguiram, em grande medida cumprir seu papel atraindo indústrias para a região.

Por fim, a expansão de Brasília e Goiânia destaca-se no processo de ocupação e desenvolvimento da Região Centro-Oeste, distantes entre si pouco mais de 200 km, as duas cidades desenvolveram-se quase que alheias uma à outra, mas conforme destaca estudo do CONFECON (2012) “nos últimos anos a intensificação dos fluxos econômicos com a região de influência comum e objetivos estratégicos convergentes as têm aproximado” e com isso “desenha-se claramente um eixo de desenvolvimento interligando as áreas metropolitanas de Brasília e Goiânia, incluindo a aglomeração urbana de Anápolis, localizada entre ambas.” (p.26)

Neste contexto de rápida ocupação e transformação do Centro-Oeste brasileiro, o notável crescimento de Brasília e o igualmente acelerado crescimento de Goiânia, e a emergência de ambas como metrópoles nacionais consolidaram estas duas cidades como polos de toda a região, consolidando um novo eixo de desenvolvimento formado por Brasília-Anápolis-Goiânia.

### **Conclusão**

A importância estratégica de Goiás remota os tempos do império, onde a Vila boa de Goiás, já se destacava como grande produtora de ouro para a coroa portuguesa, e como estratégica para consolidação dos limites territoriais Portugueses. Segundo LEMES (2013, p. 209) “percebemos a região das minas de Goiás enquanto eixo geopolítico central no projeto colonial dirigido por Lisboa para a América portuguesa”.

Já recentemente, esta importância mostra-se ainda mais acentuada, em função da posição estratégica do estado, como ponto de partida para a interiorização do País, iniciada no governo Vargas, que se consolidou como política de Estado durante boa parte do século XX.

Ao analisar as políticas de desenvolvimento regional implantadas no País, a partir da década de 40, e em especial os PND's, pode-se concluir que, a despeito das descontinuidades, ela foi fundamental para o desenvolvimento de Goiás e sua consolidação como principal economia do Centro-Oeste, a exceção do Distrito Federal.

Pode-se afirmar inicialmente que processo de formação econômica de Goiás se identificou com a agropecuária, com destaque para a criação de gado (Macedo & Junior, 2005), e foram com as ações governamentais implementadas, principalmente com a da criação da fundação Brasil Central – FBC que, o Estado iniciou seu processo de desenvolvimento econômico a partir da ampliação das atividades comerciais e agrícolas.

Estes investimentos federais, juntamente com a forte política de incentivo adotada a partir dos anos 80, contribuíram em muito para o crescimento industrial do Estado, porém Goiás continua ainda com uma economia fortemente vinculada agropecuária, principalmente vinculada a *comomodities* destinadas à exportação, o que demonstra que ainda há um grande caminho a ser percorrido.

Por fim, destacamos que Goiás tem um potencial econômico expressivo (Macedo & Junior, 2005), com um PIB que cresce acima da média nacional, principalmente resultante do avanço da agropecuária e da industrialização local, não obstante toda essa riqueza estar concentrada em poucos municípios.

## BIBLIOGRAFIA

ABLAS, Luiz Augusto de Queiros; Fava, Vera Lucia. **Dinâmica Espacial do Desenvolvimento Brasileiro – Volume II**. São Paulo: IPE-USP. 1985.

CASTILHO, Denis Castilho. **A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e formação de Ceres-Go – Brasil**. *Élisée* – Revista de Geografia da UEG. V. 1, nº 1, 2012. Pag. 117-139. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/582/326>>. Acesso em 19/07/2016.

COFECON - Conselho Federal de Economia. Comissão de Política Econômica e Desenvolvimento Regional. Instituto Brasileiro de Estudos da Economia Regional – IBRASE. **Série de estudos das desigualdades Regionais – O Distrito Federal e o eixo Brasília-Anápolis- Goiânia em 2030 – projeções demográficas e econômicas para a região**. Brasília, julho de 2012. Disponível em < <http://www.Cofecon.org.br/dmdocuments/PROJE%C3%87%C3%83O%202030%20DF%20E%20EIXO.pdf>>. Acesso em 30/06/2015.

GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. **Transformação agrária**. In: **Brasil, um século de transformações**. SANCHS, Ignacy; WILHEM, Jorge e PINHEIRO, Paulo Sergio - organizadores. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

JUNIOR, Aloysio Marthins de Araújo. **As políticas Neoliberais dos anos 90 no Brasil e seus reflexos na econômica Catarinense**. Disponível em: <<http://www.univali.br/ensino/pos-graduacao/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/cadernos-de-pesquisa/Documents/caderno-pesquisa-09.pdf>>. Acesso em 27/07/2016.

LEMES, Fernando Lobo. **Goiás na arquitetura geopolítica da América portuguesa**. Revista Tempo, vol. 19 n. 35, Jul. – Dez. 2013: 185-209. Universidade Federal Fluminense – UFF. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v19n35/11.pdf>>. Acesso em 28/07/2016.

LIMA, Divina Aparecida Leonel Lunas; MACIEL Dulce Portilho; ROCHA, Márcio Dourado; II PND, **O Polocentro e o Desenvolvimento do Estado de Goiás**. Disponível em <[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CCQQFjABahUKEwiGrr2Y o\\_fHAhUED5AKHY3eB6Y&url=http%3A%2F%2Fdialognet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F4901370.pdf&usq =AFQjCNFnUs5qChB3wUQ2h3vQAvCAHcsQw&cad=rja](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CCQQFjABahUKEwiGrr2Y o_fHAhUED5AKHY3eB6Y&url=http%3A%2F%2Fdialognet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F4901370.pdf&usq =AFQjCNFnUs5qChB3wUQ2h3vQAvCAHcsQw&cad=rja)>. Acesso em 14/09/2015.

MACEDO, Cleomar Teles; JUNIOR, Paulo Borges Campos. **Pelos Caminhos do Desenvolvimento de Goiás**. Conjuntura Econômica Goiana. Instituto mauro Borges- IMB. Nº 06, Goiânia, 2005. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/pub /conj/conj6/10.htm>>. Acesso em 28/07/2016.

MACIEL, Dulce Portilho. **Estado e território na hinterlândia Brasileira: As ações da Fundação Brasil Central (FBC) – 1943 – 1967**. In: **Territórios, cidades e cultura no cerrado**. Silva, Ademir Luiz da; Oliveira, Eliézer Cardoso; Melo, Marcelo de - organizadores. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás - UEG, 2012.

MORAES, Antônio Carlos Robert Moraes. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

PIQUET, Rosélia perissé da Silva. **Reestruturação do espaço regional e urbano no Brasil: o poder do Estado e dos grandes investimentos**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1993.

SANTOS, Milton; Silveira, Maria Laura. **O BRASIL território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: RECORD, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre o território**. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SHIKI, Shigeo. **Sistema Alimentar nos cerrados Brasileiros: caminhando para o caos**. In: **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. SHIKI, Shigeo; SILVA, José Graziano da; e ORTEGA, Antônio Cesar - organizadores. Uberlândia: Editora UFU, 1997.



VAINER, Carlos b.; ARAÚJO, Frederico Guilherme B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional.** Rio de janeiro: CEDI, 1992.